

**HABEAS CORPUS Nº 514.764 - RJ (2019/0165802-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **OZIEL HONORIO DO NASCIMENTO COSTA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **OZIEL HONORIO DO NASCIMENTO COSTA - RJ211716**  
                  **ARTHUR ALMEIDA MENESÊS BARBOSA - RJ215003**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE** : **C F DE O (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de C. F. DE O. no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (relatora a Desembargadora Katia Maria Amaral).

Os autos dão conta de que o paciente foi condenado, por infração ao art. 217-A c/c o art. 226, II, por várias vezes, na forma do art. 71, todos do Código Penal, à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado (e-STJ fls. 24/31), isso porque ele "*constrangeu sua enteada, de 13 (treze) anos de idade, N. C. M., no interior da residência mencionada na denuncia, a com ele praticar atos libidinosos, diversos da conjunção carnal, consistentes em acariciar os seus seios e sua genitália*" (e-STJ fls. 24/25).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o Tribunal de origem, que, por maioria de votos, lhe deu parcial provimento "*para reduzir à fração de 1/2 o percentual aplicado pelo reconhecimento da continuidade delitiva, tornando a condenação definitiva em 18 (dezoito) anos de reclusão, mantida, no mais, a r. sentença recorrida*" (e-STJ fl. 21). Eis a ementa do mencionado acórdão (e-STJ fls. 14/15):

**APELAÇÃO.** Artigo 217-A c/c 226, II, várias vezes, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, tudo na forma da Lei 8.072/90. **Condenação.** Agente que, em dia e horário que não se pode precisar, mas sendo certo que, até o dia 30 de março de 2011, no interior da residência localizada na [...], Corumbá, Nova Iguaçu, de forma livre e consciente, e com vontade de satisfazer a sua lascívia, praticou ato libidinoso diverso da conjunção carnal com a vítima [N C M], sua enteada, que contava, na época, 13 anos de idade. **RECURSO DEFENSIVO.** Absolvição. Fragilidade probatória. Redução do percentual aplicado face o reconhecimento da continuidade delitiva. Isenção das custas.

1. Impossível a absolvição, se a prova da materialidade e da autoria do crime é indubitosa, a primeira, pelas peças técnicas acostadas aos

*autos, e a segunda, pela prova oral produzida no decorrer do processo, notadamente as declarações da vítima. A jurisprudência de nossos Tribunais é pacífica no sentido de que, nos crimes sexuais a palavra da vítima, se harmônica ao conjunto probatório, constitui elemento valioso, merecendo consideração, assim, na presente hipótese. Ademais, não há nos autos quaisquer indícios de que a vítima, menor de idade à época dos fatos, tivesse motivos para acusar injustamente o ora recorrente, inventando os fatos. Vale ressaltar, ainda, que, não obstante a vítima tenha se negado a realizar o exame ginecológico (Doc. 000027), a natureza dos atos libidinosos praticados pelo acusado é do tipo que não deixa vestígios, prescindindo de Exame de Corpo de Delito positivo para a configuração da existência do crime, que restou plenamente demonstrada pela prova oral colhida nos autos.*

*2. Ao prestar depoimento em Juízo, a vítima relatou que, os fatos eram praticados pelo réu de forma constante, sempre que ele bebia nas festas realizadas em sua casa, e que duraram cerca de um mês, não restando esclarecido, entretanto, a frequência com que essas comemorações ocorreram nesse período. Assim, não obstante os depoimentos da vítima demonstrem que, a conduta delituosa foi praticada várias vezes, afastando a possibilidade de aplicação da fração mínima pelo reconhecimento da continuidade delitiva, é possível reconhecer fração de aumento mais proporcional aos fatos, impondo-se a metade.*

*3. A isenção do pagamento das custas processuais é matéria a ser examinada pelo Juízo da Execução, incidindo o disposto na Súmula 74 desse Tribunal de Justiça.*

**RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

*No presente writ, a defesa afirma que "o Magistrado de 1º Grau fundamentou o decreto condenatório, essencialmente, na palavra da suposta vítima, tanto é verdade que a suposta vítima, menor no momento do suposto ocorrido foi coagida por sua tia de nome Nice, e mentiu em seu depoimento, há de se estranhar que a suposta vítima, o acerto probatório não positivou, com grau de certeza, indispensável atributo da condenação criminal, que o réu praticou a dolosa conduta descrita na denúncia. Para dizer o melhor, é de se estranhar que a ofendida tenha 'optado' por 'voltar a conviver com o suposto abusador' (fls. 24). Embora não seja absolutamente exigível haver outra prova, a isolada palavra da vítima, no caso concreto, não é suficiente para agasalhar o acolhimento da pretensão punitiva. Excelência, há mínimo, a existência de razoável dúvida em relação ao depoimento da suposta vítima. Em sede de apelação de nº 0074588-68.2014.8.19.0038, o Ilustre Desembargador da 2ª*

*CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO, votou favorável a absolvição do apelante, uma vez que o mesmo concorda que há uma dúvida cabal que impediria de o apelante ser condenado" (e-STJ fl. 4).*

*Sustenta que "a materialidade do delito, ao contrário do lançado no respeitável decreto custodial, está coberta pelo manto da dúvida e da incerteza, e não seria razoável manter o paciente preso e condenado por um crime que sequer existiu, uma vez que o laudo pericial é inconclusivo e apontando que a vítima sequer ficou com algum trauma, além a suposta vítima mesmo tendo sido 'ABUSADA' durante toda instrução morou na casa do paciente e continua morando. Assim, vênha concessa, em sede de conveniência da instrução criminal, não se pode deixar que o paciente continue preso com tantas dúvidas a serem sanadas, dúvidas essas suscitadas pelos depoimentos testemunhais instruídos no autos da ação criminal" (e-STJ fl. 5).*

*Assevera que "é uma pena alta demais por um eventual delito baseado APENAS no depoimento da suposta vítima, depoimento este que encontra-se maculado , uma vez que a suposta vítima menor a época foi estimulada por sua Tia Nice a mentir em seu depoimento, tanto é que nesses anos todos a suposta vítima está morando na mesma casa do Paciente juntamente com sua mãe e seus irmãos" (e-STJ fl. 6).*

*Por isso, requer, liminarmente, seja determinada "a expedição de alvará de soltura" (e-STJ fl. 7) em favor do paciente e, no mérito, "seja declar[ad]o nulo o presente processo, uma vez que baseado no depoimento inverídico da suposta vítima" (e-STJ fl. 6).*

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos

autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator